

NHEENGUERA: CONTRIBUIÇÕES DA POÉTICA DE JUVENAL PAYAYÁ PARA A LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

NHEENGUERA: CONTRIBUTIONS OF JUVENAL PAYAYÁ'S POETICS TO CONTEMPORARY BRAZILIAN INDIGENOUS LITERATURE

Dossiê:

Literatura negra e indígena no Brasil:
oralidades, ancestralidades, resistências



ORGANIZADORES:

Dr. Paulo Petronílio Petrot



Dr. Pedro Mandagará



Drª. Luciana Borges



CERRADOS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

v. 33, n. 65, ago. 2024
Brasília, DF
ISSN 1982-9701



FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 31/05/2024

Aceito em: 18/06/2024

DISTRIBUÍDO SOB



Leiane Carla Aquino de Oliveira Cohim  

UNEB | leianeaquino@yahoo.com.br

Elizabeth Gonzaga de Lima  

UNEB | profbethliteratura@gmail.com

Resumo/Abstract

Nheenguera é uma coletânea de poemas de autoria do Cacique Juvenal Payayá, organizada por temas que permeiam vivência de indígenas que transitam entre território onde vivem e a cidade. Objetivamos, por meio da análise de temáticas representativas de alguns de seus poemas, desenvolver uma abordagem qualitativa, fundamentada em estudiosos indígenas como Kambeba (2018) e Kayapó (2013) e não indígenas como: Thiél (2013) e Quijano (2009). Nessa diretriz, busca-se fomentar leituras de textualidades de autoria indígena contemporânea, contribuindo com a aplicabilidade da Lei nº 11.645/2008 e com a ruptura de estereótipos acerca dos povos originários.

Palavras-chave: literatura indígena, Juvenal Payayá, Nheenguera.

Nheenguera is a collection of poems written by Cacique Juvenal Payayá, organized by themes that permeate the experiences of indigenous people who move between the territory where they live and the city. We aim, through the analysis of representative themes of some of his poems, to develop a qualitative approach, based on indigenous scholars such as Kambeba (2018) and Kayapó (2013) and non-indigenous scholars such as: Thiél (2013) and Quijano (2009). This guideline seeks to encourage readings of texts written by contemporary indigenous people, contributing to the applicability of Law No. 11,645/2008 and breaking down stereotypes about original peoples.

Keywords: indigenous literature, Juvenal Payayá, Nheenguera.

INTRODUÇÃO

Teu povo não será extinto
Se na rocha permanecer escrita
A imagem do teu próprio grito
Marcados por teus dedos à tinta.
(PAYAYÁ, 2018, p. 23)

Estudos em perspectiva contra-hegemônica sobre a literatura brasileira apontam para a necessidade de ampliação de debates e reflexões de modo a intensificar a inclusão, reconhecimento de diversidades, ressignificação e valorização de saberes de grupos sociais não hegemônicos. Nesse sentido, a literatura indígena vem recebendo a atenção de pesquisadores indígenas e não indígenas que, além de concebê-la como manifestação cultural, também a compreendem como importante instrumento de resistência e luta política em diferentes espaços sociais. Ao referir-se à literatura indígena contemporânea no cenário nacional, Carvalho assim se pronuncia:

A realidade hoje é que, além de se apresentar na qualidade de fenômeno intelectual e pedagógico, bem como na condição de promissor filão editorial, a literatura indígena já começa a despontar como assunto que circula no âmbito da opinião pública. (CARVALHO, 2021, p. 144).

Escritores(as) como Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Julie Dorrico, Márcia Kambeba, Kaká Wera Jecupé, Sony Ferseck, Auritha Tabajara, Itanajé Coelho, dentre outros, estão se tornando cada vez mais conhecidos devido a suas obras. Ademais acreditamos que a presença do primeiro intelectual indígena na Academia Brasileira de Letras, Ailton Krenak, com o seu ativismo e militância tende a tornar a literatura indígena mais divulgada e reconhecida.

A literatura indígena ainda é considerada recente e o seu florescimento aconteceu mediante as lutas e as conquistas do Movimento Indígena no Brasil. Contudo, é importante apontar que esta literatura em escrita alfabética surgiu *a posteriori* à literatura oral dos povos originários. Antes mesmo de os colonizadores aqui chegarem, os filhos da terra já tinham suas narrativas e poesias, as quais refletiam suas ancestralidades, cosmologias, vivências e tradições. Eram produtores e contadores natos de literatura oral passada de geração a geração, conforme ressalta Márcia Kambeba:

A literatura na vida dos povos sempre se fez presente, a primeira forma foi através das rodas de conversa ao pé de uma árvore e sempre ao cair da noite. Ao redor dos mais velhos, as crianças ouviam as narrativas e os narradores iam se revezando na contação. Muitas dessas narrativas traziam figuras lendárias, como curupira, boto, matinta; outras traziam a cosmogonia do povo, as lutas, as resistências (KAMBEBA, 2018, p. 41).

Todavia, em decorrência de restrições notadamente marcadas pela crítica canônica, fruto de uma visão eurocêntrica e hegemônica de quem está no poder, afinal, conforme Reis (1992, p. 86), o cânone “[...] está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação”, essas narrativas orais foram ignoradas, marginalizadas e inferiorizadas, prevalecendo referências sobre os povos indígenas, seus modos de vida, sua relação com a natureza e com o homem branco, construídas por escritores de forma extemporânea, empenhados na constituição de uma identidade nacional literária, tendo por referência a literatura europeia.

Nesse sentido, obras indianistas do escritor romântico José de Alencar, especialmente, *O Guarani* (2003), que há décadas figura em livros didáticos e em listas de vestibulares como indicação de leitura obrigatória contribui para disseminar no imaginário dos leitores uma concepção de indígena estático no tempo, preso a um passado que não se coaduna com modos de vida de indígenas do século XXI, residentes em seus territórios afastados das cidades ou que transitam entre esses dois mundos.

Zilá Bernd em *Literatura e identidade nacional*, ao analisar a perspectiva indianista de José de Alencar, destaca que:

A visão edênica e harmônica da vida aos primeiros tempos, a atribuição de traços positivos aos indígenas, o ufanismo, que leva constantemente o autor à exaltação da natureza e do 'bom selvagem', se entrecruzam para dar gênese à narrativa, caracterizando uma consciência eufórica, na qual a supervalorização do regional e do natural compensam a situação de atraso da nação brasileira. (BERND, 1992, p. 36).

Essa forma de representação, que caracteriza os indígenas como seres passivos, ingênuos, selvagens ou exóticos, recorrentes na escrita de não indígenas, na qual se verifica o predomínio de um discurso unilateral, é reflexo da escrita elevada à categoria de superioridade em detrimento da oralidade, como se não houvesse literatura nos territórios tradicionais¹. Tal entendimento, visivelmente, reproduz traços que privilegiam a cultura ocidental, reflexo do que Quijano (2009) denomina de colonialidade do poder. Afinal, embora a vigência do sistema colonialista tenha um marco temporal na história do Brasil e demais países colonizados, somos herdeiros desse processo histórico responsável pelo genocídio e epistemicídio de diversas etnias indígenas. Nessa condição, grupos que se encontram à margem do poder, como os povos originários, sofrem consequências que se manifestam em diversas formas de exclusão, contra as quais movimentos indígenas têm lutado pelo reconhecimento, valorização, respeito às diversidades de cada povo e inserção nos espaços culturais.

No cenário da literatura indígena brasileira contemporânea, por exemplo, com o domínio da escrita alfabética, indígenas passam a utilizá-la como instrumento de resistência, fazendo repercutir para leitores de outros pertencimentos étnicos e não indígenas suas ancestralidades, histórias, culturas, narrativas e saberes tradicionais, como uma prática decolonial. Pensar decolonialidade (QUIJANO, 2005) implica conhecer as ações dos colonizadores europeus frente às populações colonizadas e as consequências para os povos dominados. Nessa perspectiva, o estudioso peruano ressalta três operações desenvolvidas pelos colonizadores:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. [...] Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação (QUIJANO, 2005, p. 121).

Esse processo caracterizado pela relação de dominação resultou em uma “[...] colonização das perspectivas cognitivas dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas [...] da cultura.” (QUIJANO, 2005, p. 121). Desse modo, a cultura europeia foi imposta aos demais povos dominados como ideal a ser seguido. Além da força, a superioridade europeia baseava-se na tentativa de uniformizar os territórios conquistados, invisibilizando histórias e especificidades culturais.

Nesse sentido, corroborando com as reflexões sobre a hegemonia da escrita alfabética de herança colonial, e, ao mesmo tempo, suscitando discussões acerca do que é literatura e a serviço de quem, Finnegan assinala que:

À primeira vista parece óbvio que indivíduos e sociedades que não possuem escrita também não possuem literatura e tudo o que ela implica. Em outras

¹ Conforme Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, chama-se “Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os [arts. 231 da Constituição](#) e [68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e demais regulamentações”.

palavras, não têm acesso àquela parte da cultura que normalmente consideramos como uma das mais valiosas de nossa herança intelectual e, talvez, o principal meio pelo qual podemos expressar e aprofundar o ponto de vista intelectual e artístico da humanidade. (FINNEGAN, 2006, p. 66).

Os povos originários, além de usarem a oralidade e a memória para reverberar suas narrativas entre as diferentes gerações, também usam a escrita para registrá-las e alcançar não indígenas, tornando acessível o conhecimento de suas culturas, histórias e ancestralidades, como argumenta Munduruku:

A escrita é uma conquista recente para a maioria dos 305 povos indígenas que habitam nosso país desde tempos imemoriais. Detentores de um conhecimento ancestral apreendido pelos sons das palavras dos avôs, estes povos sempre priorizaram a fala, a palavra, a oralidade como instrumento de transmissão da tradição, obrigando as novas gerações a exercitarem a memória, guardiã das histórias vividas e criadas. (MUNDURUKU, 2018, p. 81).

Além dessa conquista, é importante ressaltar que, com o avanço das tecnologias de informação e o alcance da internet, que desconhece fronteiras de espaço e tempo, por meio de aplicativos e redes sociais, indígenas têm buscado formas para dominar esses novos dispositivos e assim manter atualizada a memória ancestral de seu povo. Uma vez que, como assinala Munduruku (2018) a memória amplia repertórios, ao ligar presente e passado, derivando novos sentidos que se repetem por gerações.

Inegavelmente, a aquisição da escrita se constitui em um importante instrumento de resistência e conhecimento da diversidade de povos, seu modo de ser, de pensar e de sentir das diversas etnias. O fato é que o conhecimento da literatura indígena torna possível desconstruir concepções limitadas, equivocadas, preconceituosas e excludentes acerca dos povos originários que necessitam, portanto, ser superadas.

Nesse sentido, a escrita de autoria indígena pode contribuir, sobremaneira, com esse processo, uma vez que ela representa a voz de quem esteve à margem durante séculos de apagamento. Todavia, ela não é amplamente acessível, ainda que conte com um número significativo de autores (as) que assinam suas obras coletiva ou individualmente:

Muitos indígenas escrevem, mas poucos são os que conseguem fazer essa literatura circular, chegar nas grandes editoras e livrarias. A maioria desses escritos fica apenas no papel e os escritores na invisibilidade de sua obra [...]. Ainda é pequeno o grupo de indígenas que faz da literatura indígena uma luta de resistência circulante adentrando editoras e universidades. (KAMBEBA, 2018, p. 42).

Essa percepção da poeta indígena Márcia Kambeba (2018) acerca da dificuldade de circulação das textualidades indígenas nesses meios coaduna com Dalcastagnè (2007) ao referir-se à predominância, no cenário literário brasileiro, de obras escritas por homens, brancos, de classes privilegiadas, veiculando narrativas unilaterais que excluem vozes subalternizadas na literatura. Sob tal perspectiva, pode-se evocar nesta reflexão, o alerta da intelectual nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que a história se torne a única história”. (ADICHIE, 2019, p. 26).

Durante muito tempo, os indígenas foram representados e referidos no campo da literatura brasileira por outros, que não eles próprios, o que suscitou equívocos em função do entendimento de uma identidade dissonante e homogênea do indígena, reafirmando o diagnóstico de Pero de Magalhães Gandavo (2008), em 1570, de que os indígenas não possuíam Fé, Lei e nem Rei. Tal descrição, recorrente na denominada literatura de viagem, por meio de cartas, crônicas e relatos, ignorou, desrespeitou e uniformizou, ao longo dos séculos, a cultura dos primeiros habitantes do Brasil.

Em virtude disso, este artigo propõe-se a incentivar a leitura de textualidades indígenas a partir da poética do Cacique Juvenal Payayá, com ênfase na análise de alguns poemas contidos em sua obra *Nheenguera*, publicada em 2018, pela ALBA Cultural. Nesse sentido, busca-se contribuir não somente com a aplicabilidade da Lei nº 11.645/2008, mas também, ao reconhecer que esta produção é parte integrante da literatura indígena brasileira contemporânea, favorecer o rompimento de estereótipos.

NHEENGUERA: A POÉTICA SEM FRONTEIRAS DE JUVENAL PAYAYÁ

O Cacique Juvenal Payayá, autor de obras em prosa e em verso, por meio de seu livro *Nheenguera* (2018), palavra que em tupi significa recado, apresenta uma antologia de poemas acerca de temáticas que plasmam o universo indígena, tais como, ancestralidade, cosmogonia, colonização, lutas, modos de se relacionar com o território e com a natureza, entre outras. Fazem parte de seu repertório temas que atravessam vivências no contexto urbano, comuns a indígenas que transitam entre seus territórios e a cidade, o que, potencialmente, pode atrair diferentes leitores que se identificam com as temáticas abordadas em poemas que denunciam formas de exclusão, violências, desigualdades e contribuem para uma visão crítica da sociedade, por meio de uma escrita marcada pelo ativismo e militância em prol de causas indígenas. Trata-se de abordagens que se estendem a grupos sociais que também se encontram à margem das formas de poder.

Manejando uma linguagem marcada pela presença de recursos expressivos em que não faltam ironia e humor, Juvenal Payayá surpreende leitores habituados com a presença indígena caracterizada pelos textos literários indianistas, descritos segundo uma perspectiva ocidentalizada como personagens idealizados e submissos à cultura do colonizador europeu e mesmo leitores de obras indigenistas, também de autoria de escritores (as) não indígenas em que, mais uma vez, o indígena não é o sujeito do discurso, pois, “Para seu autor, o mundo indígena é o tema e o índio é informante. [...] visa informar não índios sobre um homem e um universo que lhe são alheios”. (THIÉL, 2013, p. 45).

Diferente desses modos de se pensar e retratar os indígenas e suas culturas, nas quais a autoria demarca a literatura dos povos originários das demais, é importante considerar, conforme sublinha Thiél (2013), o entrelugar de tais obras que resultam do contato e do conflito entre oralidade e escrita, entre influências europeias e tradições dos povos originários e entre sujeição e resistência. No bojo dessa discussão, Graça Graúna (2020) ao ressaltar que, embora o questionamento sobre a existência da literatura indígena seja algo superado, aponta para a existência de preconceitos em torno de suas manifestações devido a uma crítica literária de base eurocêntrica.

A literatura indígena produzida de forma coletiva ou individual, desde seu marco inicial na década de 1990, vem se expandindo e se tornando acessível aos não indígenas, seja através de livros impressos ou digitais.

Nesse sentido, *Nheenguera* (2018), escrita pelo cacique natural da Chapada Diamantina, Bahia, é uma obra da literatura indígena brasileira contemporânea, na qual o autor faz uso da palavra escrita para tematizar questões sociais que não conhecem fronteiras. Nessa perspectiva, assim como ele discorre em seus poemas sobre ancestralidade indígena, cosmologias, luta pelos direitos, relação com territórios, ele também usa sua escrita para provocar reflexões sobre temas como: ditadura militar, estupro do corpo feminino, periferia urbana de Salvador, preconceito e racismo, dentre outras questões com as quais outros grupos invisibilizados também se identificam.

Em *Nheenguera* (2018), Juvenal Payayá apresenta uma coletânea de poemas sobre diversos temas que perpassam pela subjetividade de quem enfrentou conflitos em pequenas e grandes cidades por ser o outro, por ser indígena. Contudo, é uma poética filtrada pela sensibilidade de quem sabe o valor da terra e aprecia suas belezas, reconhecendo sua ligação perene com ela e sua total dependência.

O poema “Temática” convida o(a) leitor(a) a refletir criticamente acerca do processo de construção do texto, demonstrando através da metalinguagem que o próprio ato de fazer poesia configura a matéria-prima da escrita poética, que em última instância revela sua consciência crítica em relação ao gesto criativo:

Meu poema não vive
Em mundo puro e acabado.
Vedado a cimento, caiado,
Prefere juntas de barro e pedra.

Meu poema passa frio e fome
Come, é persistente.
Meu poema não acaba,
Não tem fim nem limites.
(PAYAYÁ, 2018, p. 43).

O poeta desestabiliza a concepção de que nas textualidades indígenas devam predominar motivos ligados à natureza, ancestralidades e questões identitárias, já que seu olhar se volta também para assuntos que evidenciam experiências, desafios, sonhos e desejos de parentes de outras etnias que, assim como ele, transitam entre seus territórios de identidade e o meio urbano. Vivenciando assim experiências entre estes dois universos, o Território Indígena Payayá², na Cabeceira do Rio, em Utinga, Bahia, e a cidade.

Nessa perspectiva, é possível vislumbrar como ele se desloca de sua condição de indígena para tratar de assuntos que dizem respeito ao seu povo e aos demais povos originários, e que dialogam com vivências urbanas de quem não é indígena ou é e vive na cidade, reafirmando o pertencimento étnico em sua escrita, como observa Suzane Lima Costa:

Payayá apresenta uma poética narrativa que “sai” do índio para falar do índio, e que faz desse paradoxo o início de uma crítica à ideia de que o escritor indígena é somente aquele que se volta para os seus relatos etnográficos, que conta a história da aldeia, dos antepassados, dos parentescos ou da luta pela terra. (COSTA, 2019, p. 81-82).

Em se tratando de literatura indígena, embora haja estudos que contribuam para a visibilidade, para o conhecimento da diversidade de povos da floresta e de suas particularidades, vale ressaltar que, resultante da colonização, ainda há resistências para se aceitar formas de construção e validação de saberes ancestrais dessas populações originárias. Algo que se associa, inclusive, à expectativa de leitores que esperam das textualidades indígenas abordagem de discussões voltadas unicamente para o ambiente da floresta, colocando em dúvida a produção de indígenas que tratam outros temas fora destes limites. Contudo, tal discussão extrapola o escopo a que se propõe este artigo, que busca examinar as contribuições do baiano Cacique Juvenal Payayá para as textualidades de autoria indígena no cenário da literatura indígena brasileira contemporânea.

Transitando por diversos temas, Payayá capta e registra, com um tom humorístico, o desejo da(o) cidadã(o) urbana(o) que sonha viver dignamente por meio do trabalho e ser reconhecido(a) pelo que faz, como demonstra o poema “Um emprego para mim”:

Eu preciso trabalhar
Escolher uma profissão
Ter um emprego certo
Receber e ser honesto.
[...]
Eu quero é um emprego
Com auxílio-educação
E ticket-refeição

2 “Povo Payayá, filho do Grande Espírito. Sabe-se que nossos antepassados habitavam o território do sertão da Bahia, onde, na atualidade, conhecemos por diversas cidades: Utinga, Jacobina, Miguel Calmon, Senhor do Bomfim, Caém, Antônio Cardoso, enfim, entre a foz do Paraguasu (com s) ao São Francisco, próximo ao município de Nova Soure se estendendo até a onde hoje é o Estado de Sergipe e falavam o idioma Tupy. Em 1678 o grande cacique Sacambuasu se encontra com o Mendonça Furtado, governador da Bahia e a sua destruição foi decretada devido à forte resistência do nosso povo. Foi complementar o massacre pela ação da mineração das jacobinas provocando a dispersão de nossos antepassados para juntar-se somente ao final do século XX na Cabeceira do Rio Utinga. O último cacique antes da dispersão foi Raimundo Gonzaga, da família Gameleira. Atualmente sabe-se que os Payayá estão misturados pelo mundo e entre outros povos, como os Pataxó Hã Hã Hãe, Caimbé na Bahia e até fora do país como em Santo Antônio, no Texas. O povo Payayá conquistou em 2018 parte do seu território sagrado nas nascentes do rio Utinga, na cidade de Utinga na Bahia e seu cacique atual é Juvenal Teodoro Payayá”. (PAYAYÁ, 2021, p. 28-33).

Sou bom na escolha: gosto de filé
Torta de abacaxi e café.
[...]
Ah! Eu quero é um emprego com bom salário,
Mas meu verdadeiro ideário
É ser cidadão,
Votar e ser votado
Amar e ser amado.
(PAYAYÁ, 2018, p.128-130).

Vivendo entre o meio urbano e a zona rural de Utinga, Chapada Diamantina, junto com demais indígenas Payayá, o escritor sabe muito bem a necessidade de um trabalho para sobreviver no meio urbano. Afinal, em sua juventude, residiu em alguns estados, como São Paulo, onde viveu por alguns anos e exerceu atividade no serviço público, enfrentando barreiras que se repetem na vida de indígenas urbanos, ainda hoje, como preconceito e desconfianças acerca de seu pertencimento étnico.

O Cacique Juvenal Payayá antes de prestar serviço à empresa responsável pela distribuição de água em São Paulo, exercera atividades informais, que lhe motivaram o sonho de ter um emprego e ser assalariado. É nessa perspectiva, que a abordagem acerca da busca por um emprego assalariado mistura a afirmação da cidadania, “Mas meu verdadeiro ideário / É ser cidadão” com o humor nos versos “Sou bom na escolha: gosto de filé / Torta de abacaxi e café”.

Nheenguera (2018), conforme apontado, é uma coletânea caracterizada pela diversidade temática de seus poemas. Afinal, entre textos sobre a vida na cidade, território, ancestralidades, cosmologia, amor, Chapada Diamantina; também se faz presente na escrita do Cacique Juvenal Payayá o passado de perseguição, de lutas, de fugas e de genocídio aos povos indígenas, como atesta o poema “Guerreiro em fuga”:

Turbante de plumas
Silêncio na mata.
Corre, guerreiro, foge,
É berrante de boiadeiro!

O marimbondo ferra e voa
Macacos bajulam e a coruja
Soa um som de agouro.
É noite, o cão fareja.

Salta guerreiro para a relva,
Engana as marcas na estrada.
Abriga-te na sombra do nada
É cão de gente mal educada.
(PAYAYÁ, 2018, p. 112).

História e ancestralidade se cruzam em um destino que marca a luta do indígena pela sobrevivência. Embora predomine no imaginário popular que a coruja anuncia maus presságios, como bom conhecedor das matas e do território, ele consegue enganar seu algoz, apagando suas pegadas no chão. Tendo a noite como aliada, ele resiste. O conhecimento do território foi um dos fatores chave para a garantia de fugas dos indígenas contra perseguições.

Em “É noite, o cão fareja”, a presença do cão na captura de indígenas, à época do Brasil Colônia, é marcante. Hoje, indígenas ainda são perseguidos não pelos mesmos colonizadores de 1500 e, em muitos casos, a consequência também é fatal. Nesse sentido, “cão” no verso do poeta pode ser entendido de forma figurada, representando aqueles que têm algum tipo de interesse em perseguir indígenas espalhados em qualquer canto do país.

A luta é constante e expressiva na antologia *Nheenguera* (2018), manifestando-se de diferentes formas. Em “Sacy de luto”, poema dedicado a Olívio Jecupé, escritor indígena do povo Guarani, região

Sul do país, o Cacique denuncia não só os efeitos danosos contra o meio ambiente mantidos por empresários e fazendeiros com visão essencialmente capitalista, como também a prostituição:

Insumos e matérias-primas:
Pranchas, celulose e vigas.
Gestão e técnicas de produção:
Homens, tratores
Correntes e queimadas.
[...]

Produto de consumo:
Whisky, sexo e orgia
Poder e fantasia
Jóias de alto valor.
(PAYAYÁ, 2018, p. 61).

Para abordar essas questões ambientais e sociais que preocupam e mobilizam a ação de militantes indígenas e não indígenas, Payayá situa o Saci-Pererê, engajado com a luta em defesa dos rios e das matas, justificando, como consequência de seu espírito aguerrido em defesa do meio ambiente, a perda de uma de suas pernas.

E o Sacy chorando
A sua perna pelos rios
Secos sem vida,
Sombras esvaídas
Terras exauridas.

-Sacy vestido de luto:
Menino matuto astuto
Que fazes tão cedo
Pulando quase nu?

- Responde-me Sacy: será?
Fostes para a guerra
Sem urucum e jenipapo
No teu corpo?
Foi uma bomba no pé
Ou foi bote de surucucu?

- Que asneira! Não, não!
Surucucu não queima nada!
Foi apagando o braseiro
Da queimada da mata
Posta pelo fazendeiro, consumindo o último galho do pau Pereira!
(PAYAYÁ, 2018, p. 61).

Acerca dessa figura emblemática entre os Guarani, estudos sobre o folclore brasileiro apontam que a lenda do Saci nasceu nessa etnia e era chamado *çaa cy perereg*, na língua tupi-guarani (SILVA, 2024). Como resultado do contato com outras culturas ao longo da história e do processo de folclorização e esvaziamento de sentido, a figura do saci tornou-se homogeneizada, adquirindo características de um ser mítico e travesso, conforme apresentam as adaptações audiovisuais como o Sítio do Picapau Amarelo em 1952, 1978 e 2001. (PICORAL *et al.*, 2006).

A literatura indígena brasileira contemporânea representa outro olhar na literatura, de autorepresentação, a partir do olhar do próprio indígena. Fato que contribui para desconstruir

estereótipos. Alguns, inclusive, colocam em questionamento o pertencimento indígena por viver na cidade, portar um celular, cursar uma graduação ou dominar recursos tecnológicos. Ademais, a literatura indígena contribui para negar a extinção dos povos originários:

Hoje, os mais de duzentos povos indígenas espalhados por todo o país desmentem claramente todas as abordagens, teorias e políticas que preconizam seu fim. Fortalecidos pelo crescimento vegetativo e pelos movimentos de autodeterminação, diversos povos vêm se organizando e exigindo da sociedade brasileira respeito à diferença ao mesmo tempo em que reivindicam direitos comuns aos cidadãos brasileiros. Afirmando suas identidades, vários povos têm tomado cada vez mais consciência de que podem lutar por seus direitos, suas terras, afirmação das suas identidades, manutenção de seus territórios e valores culturais, etc. (JESUS, 2011, p.4).

Abrir espaço para conhecer a história e a cultura de povos originários, suas diversidades, lutas e conquistas, através das textualidades indígenas representa uma possibilidade para fomentar o que preconiza a Lei nº 11.645/2008 e dar visibilidade a etnias dadas como extintas. Sob esta perspectiva, Cacique Juvenal Payayá, com sua escrita provocativa e engajada em causas sociais, representando minorias estigmatizadas e segregadas, contribui com a afirmação da literatura indígena, ao incentivar leitores a assumir um posicionamento crítico diante de conhecimentos hegemônicos construídos e veiculados sobre os indígenas por gerações, promovendo uma ruptura com textos literários que desconsideram as diversidades étnicas que há no Brasil, suas histórias, suas contribuições para a formação do povo brasileiro.

Ademais, podemos posicionar a autoria do Cacique Juvenal Payayá no contexto da literatura indígena brasileira contemporânea pela voz que demarca a existência do seu povo, representando suas lutas e denunciando formas de exclusão e de violência que se repetem na vida de indígenas, ainda hoje, independente de residirem em seus territórios tradicionais ou em contexto urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura indígena, seja oral ou escrita, coletiva ou individual, retratando temáticas ancestrais, cosmológicas, territoriais ou a vida no meio urbano, dentre outras possibilidades, é arte e ato político, pois reflete lutas e ideias em prol do respeito à garantia de direitos, e ato de resistência contra a opressão, desrespeito e exclusão cultural dos povos originários. Por meio dela, os povos originários têm a sua representação e representatividade ampliadas na sociedade não indígena, como outras formas de escrita (não alfabética), como os grafismos, desenhos, pictográfica, petróglifos presentes nos artesanatos, rochas e nos próprios corpos de crianças, jovens, homens, mulheres, idosos, todas com significados que comunicam saberes das mais distintas etnias (DORRICO, 2021).

Escritores e escritoras indígenas vêm despontando no cenário nacional oportunizando aos não indígenas o conhecimento de suas vivências, culturas, histórias e ancestralidades. Nesse contexto, Cacique Juvenal Payayá é autor de um número expressivo de publicações em prosa e em verso, destacando temas que desestabilizam o imaginário ocidentalizado, construído de forma extemporânea e, por isso mesmo, carregado de estigmas que precisam ser rompidos. Para isso, conhecimentos veiculados pela escrita protagonizada por indígenas representam uma possibilidade, uma vez que a narrativa será contada por quem conhece sua história e a história do povo a que pertence.

Os poemas representativos dos temas da antologia *Nheenguera* (2018), aqui analisados, representam vozes indígenas silenciadas durante um processo histórico, marcado por ameaças, usurpações, perseguições, genocídio e epistemicídio, e que se refletem ainda hoje. Conhecer essa poética contribui para a ruptura de uma visão estereotipada que concebe o indígena como incapaz, incivilizado, selvagem ou preguiçoso. E, nesse sentido, a escrita do poeta indígena reafirma a existência de povos originários que resistem a uma concepção eurocêntrica e lutam pela preservação de suas memórias e modos de vida, desconstruindo a visão eurocêntrica que subalterniza, silencia e congela os povos indígenas a um passado remoto (KAYAPÓ, 2013).

Assim, *Nheenguera* (2018) ao apresentar a voz do Cacique Juvenal Payayá e, coletivamente, de seu povo, também, representa a voz de luta e de resistência dos demais povos indígenas,

contribuindo para a construção de um novo olhar acerca dos povos originários, marcado pelo conhecimento e respeito às diversidades étnicas, suas histórias, culturas e ancestralidades, pela alteridade, inclusão e representatividade de escritores e escritoras indígenas no cenário da literatura brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ática, 1991.

ALENCAR, José. **O Guarani**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1992.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 02 out. 2023.

CARVALHO, Fábio Almeida de. **Descentralização da vida literária: Teoria, Crítica e Autoria em tempos de diversidade**. E-book. Rio de Janeiro, RJ: Edições Makunaíma; Boa Vista, RR: EdUFRR, 2021. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/editora/index.php/editais?download=634>. Acesso em: 26 ago. 2024.

COSTA, Suzane Lima. Literatura na Bahia dos Índios: do povo-autor à autoria sem adjetivos. In: AUGUSTO, Jorge (org.) **Contemporaneidades periféricas**. Salvador: Editora Segundo Selo, 2019. p. 71-92

DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, dez. 2007.

DECRETO 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 02 out. 2023.

DORRICO, Julie. A literatura indígena: a produção autoral contemporânea e seus ensinamentos. **Literatura Brasileira no XXI**. Disponível em: <https://www.lbxxi.org.br/arquivos/publicacoes-1048-julie-dorrigo.pdf>

FINNEGAN, Ruth. O significado da literatura em culturas orais. In: QUEIROZ, Sônia (org.). **A tradição oral**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GRAÚNA, Graça. **Literatura Indígena**: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos. Disponível em: <https://gracagrauna.com/2020/11/16/literatura-indigena-desconstruindo-estereotipos-repensando-preconceitos/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26. **Anais**. São Paulo, jul. 2011.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa. Helena Siqueira. **Literatura Indígena Brasileira contemporânea**: Criação, Crítica e Recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

KAYAPÓ, Edson. Literatura Indígena e reencantamento dos corações. *In: Leetra Indígena — Revista do Laboratório de Linguagens LEETRA/UFSCAR*, São Carlos-SP, v. 2, n. 2, p. 31-34, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/grupo.leetra/docs/leetra_vol2/1?ff>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura o reencontro da memória. *In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa. Helena Siqueira. Literatura Indígena Brasileira contemporânea: Criação, Crítica e Recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 81-83.

PAYAYÁ, Cacique Juvenal. A saga da Mariazinha. *In: Leetra Indígena*, São Carlos-SP, v. 19, n.1, p. 28-33, 2021. Disponível em: <<https://www.leetraindigena.ufscar.br/index.php/leetraindigena/article/download/34/24/113>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PAYAYÁ, Juvenal Teodoro. *Nheenguera*. Salvador: ALBA Cultural, 2018.

PICORAL, Luciana; MADALOZZO, Tiago; BOTELHO, Camila; SANTI, Thays. **As adaptações do “Sítio do Picapau Amarelo” em 1978 e em 2001: até que ponto a tecnologia interfere na construção da narrativa televisual?** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0208-1.pdf> Acesso em: 01 jul.2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almeida, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REIS, Roberto. Cânon. *In: JOBIM, José Lins (org.). Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. Representações do indígena na literatura brasileira. *In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa. Helena Siqueira. Literatura Indígena Brasileira contemporânea: Criação, Crítica e Recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 257-293.

SILVA, Daniel Neves. **Saci-pererê**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/folclore/saci-perere.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

THIÉL, Janice. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. *Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013*.

THIÉL. Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

TREECE, David. **Exilados, aliados, rebeldes: O movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial**. São Paulo: Nankin/Edusp, 2008.